



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

### Ata da 20ª reunião Ordinária

1 No dia dez de agosto de dois mil e dezesseis, as quatorze horas, membros do Conselho reuniram-se  
2 na sala de reuniões do Gabinete da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres para a 20ª  
3 Reunião Ordinária deste Conselho, Gestão 2014-2016, com a seguinte pauta: 1) Atendimento a  
4 violência sexual com a participação de representantes da 17ª Regional de Saúde; 2) Informe sobre o  
5 Projeto para alteração da Lei do CMDM; 3) Encaminhamentos para a Conferência Municipal dos  
6 Direitos da Mulher; 4) Aprovação da Ata; 5) Informes Gerais. Estavam presentes as (os) conselheiras  
7 (os): Rosalina Batista, Sonia Maria Lima Medeiros, Antônia Francisca de Araújo, Maria Márcia  
8 Ferreira, Ana Carolina Franzon, Elisabete Tieko Ieda, Lorena Pires Rostirolla, Tônia Rejane Silva  
9 Felix, Luciana Mazzaroto Negrini, Marisse Costa de Quiroz, Eric Carlos de Mari, Cristina Rossi.  
10 Convidadas (os): Sandra B. de Abreu (DVAGS/17ª Regional de Saúde), Elisabete Soares de Athayde  
11 (SCUGE/17ª Regional de Saúde) e Teresinha de Fátima Sanchez (SESA/17ª Regional de Saúde).  
12 Justificaram ausência: Elisabete Tieko Ieda, Ana Karina Andruchuka Barbosa, Patrícia Mary ap.  
13 Ferri Raboni. A presidente do CMDM, Sra. Rosalina Batista inicia a reunião dando boas-vindas,  
14 agradece a presença de todos (as) e sugere a apresentação dos participantes. Após todos se  
15 apresentarem, a presidente anuncia os pontos de pauta e sugere que, em razão do atraso de alguns  
16 participantes que a pauta fosse invertida e a reunião iniciasse pelos informes (5º ponto de pauta), ao  
17 que todos(as) concordaram. A conselheira Marisse solicita inclusão de ponto de pauta sobre panfleto  
18 que está circulando na cidade, que expõem sobre um conceito equivocado de ideologia de gênero na  
19 educação elaborado por um advogado e assessor da Câmara de Vereadores. Ao que todos  
20 concordaram que fosse incluído. **1) Informes:** O conselheiro Eric (SMPM) relatou sua participação  
21 na Conferência Municipal de Cultura; A assessora de políticas para as mulheres, Marisse Queiroz,  
22 informou sobre o arquivamento do Inquérito Civil n. MPPR-0078.14.000796-0, proposto pela Sra.  
23 Carla Fabiane Modesto contra o CMDM e a SMPM, que foi recebido no dia 25.07.2016, através do  
24 Ofício n. 233/2016, enviado pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Londrina. Foi  
25 entregue o Ofício da Rede Feminista de Saúde, substituindo a representação dessa instituição pela  
26 conselheira Ana Carolina Franzon (titular) e Amanda Gaion (Suplente). A conselheira Lorena,  
27 ressaltou que passará a representar a Secretaria de Agricultura e Abastecimento no CMDM. Dona  
28 Rosalina informou sobre a inauguração da nova sede da UBS Itapoã e convidou todos(as) a prestigiar  
29 essa importante conquista que teve grande participação do movimento social da região. **2)**  
30 **Atendimento a violência sexual com a participação de representantes da 17ª Regional de Saúde:**  
31 O início da discussão desse ponto de pauta deu-se com a contextualização do assunto pela presidenta  
32 do CMDM, D. Rosalina, e pela assessora de políticas para as mulheres, Marisse; as convidadas  
33 explicaram e trouxeram um relato do contexto em que a 17ª Regional de Saúde foi incluída nessa  
34 demanda de se estruturar o atendimento e a atenção às pessoas em situação de violência sexual;  
35 destacou que essa política era realizada na Secretaria Estadual de Saúde (SESA) através de projetos  
36 propostos pelos Núcleos de Violência, o que tornava a política difusa e dependente de programas  
37 pontuais e do engajamento de pessoas interessadas no assunto; informou que a tentativa de unificação  
38 e centralização dessa política de atenção é recente e iniciou-se mais concretamente a partir de 2009,  
39 com as normatizações do Ministério da Saúde e que a discussão avançou após se estabelecer critérios  
40 e parâmetros para a notificação de agravos causados por violência, dentre eles a violência sexual; a  
41 partir desse entendimento melhor do problema, percebeu-se a necessidade de trabalhar  
42 intersetorialmente a questão, considerando a sua complexidade. Nesse momento, a Secretaria Sonia  
43 Medeiros ressaltou a importância da transversalidade e intersetorialidade das políticas públicas que  
44 tem por foco a igualdade de gênero e descreveu como o Estado do Paraná aderiu ao Pacto Nacional  
45 de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, através da criação da Câmara Técnica gestora do  
46 Pacto, que agora está sob a responsabilidade da Secretaria Estadual da Família e Desenvolvimento  
47 Social; a Secretária destacou a importância de envolver essa Secretaria na discussão, considerando a  
48 adesão ao Pacto e a responsabilidade do Estado em garantir a implementação dessa política, já que os



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

### Ata da 20ª reunião Ordinária

49 agravos de violência doméstica e sexual afetam quantitativamente mais mulheres do que homens. A  
50 convidada Elisabete expos como está atualmente a discussão dessa questão junto à 17ª Regional de  
51 Saúde; ressaltou que a implementação do serviço está focada na atenção à saúde das pessoas em  
52 situação de violência segundo as normativas do Ministério da Saúde; contudo, destacou que essa  
53 perspectiva da atenção não está desconectada da importância de se investigar e punir a violência, o  
54 que resvala nas demandas de segurança pública e justiça. A convidada Sandra relatou que o marco  
55 inicial de intervenção da 17ª Regional de Saúde teve como marco inicial a Portaria n. 618/2014, na  
56 qual é baseado o Protocolo para o Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual  
57 (SESA/2015). Com essas referências, iniciou-se uma conversa e parceria com a Secretaria Municipal  
58 de Saúde (SMS) para integrar a proposta do governo estadual com as necessidades regionais, a qual  
59 Londrina é referência e município polo; destacou que Londrina já tem um protocolo próprio que  
60 gerou a necessidade de integrar a política estadual com a municipal. Dessa discussão verificou-se que  
61 o principal papel da 17ª Regional é estruturar um ambulatório para acompanhamento dos casos e uma  
62 melhor definição dos pontos de assistências, com maior clareza das competências e funções de cada  
63 serviço (atendimento emergencial, ambulatorial e para aborto previsto em lei). Nesse momento, a  
64 conselheira Lorena expos a importância de mostrar como a qualidade da atenção impacta nos gastos  
65 com saúde e segurança pública a fim de convencer os gestores a investirem na qualidade dos recursos  
66 materiais e humanos que farão a intervenção nesses casos. O Conselheiro Eric pediu esclarecimento  
67 sobre a abordagem da violência como doença, ou seja, o motivo da violência sexual estar sendo  
68 discutido como uma questão de saúde. A convidada Elisabete explicou que a violência sexual é um  
69 problema de saúde pública porque é um agravo que pode gerar doenças e causar impactos na saúde  
70 das pessoas; destacou que é um problema complexo e que não envolve só questões de saúde, mas que  
71 a qualidade da assistência em saúde para esses casos é fundamental, já que os serviços são portas de  
72 entrada de grande parte desses casos. A convidada Sandra juntamente com a Dra. Teresinha Sanchez,  
73 esclareceram que, no momento, a 17ª Regional de Saúde está negociando e estudando as  
74 possibilidades de local/espço físico para implementação do Ambulatório, cujas possibilidades são o  
75 CISMENPAR, em primeiro plano e o CIDI (Centro Integrado de Doenças Infecciosas), como segunda  
76 possibilidade. Dra. Teresinha destacou que está sendo feito um levantamento de custo para a criação  
77 do Ambulatório no CISMENPAR, para uma primeira conversa com os municípios consorciados. Dona  
78 Rosalina propôs os seguintes encaminhamentos: a) Incluir na Comissão que está responsável por essa  
79 discussão uma representante do CMDM e da SMPM; b) A realização de visitas por essa comissão a  
80 serviços de destaque nesse tipo de atenção, como o existente no HC/UFPR, coordenado pela Dra.  
81 Cristina, com o apoio da 17ª Regional. Dra. Terezinha informou que a próxima reunião desta  
82 Comissão será no dia 19 de agosto e que aguarda a indicação dos nomes das representantes para a  
83 inclusão e participação, sendo que representará o CMDM a presidente Rosalina Batista e pela  
84 SMPM, a servidora Elaine Galvão. **3) Projeto para alteração da Lei do CMDM:** Foi informado  
85 pela assessora de políticas para as mulheres como está a tramitação do Projeto de Lei de alteração do  
86 CMDM; que o projeto está pronto para ir para a Câmara de Vereadores, mas houve uma necessidade  
87 de se alterar a representação do poder legislativo, que não pode mais ter cadeiras em Conselhos de  
88 Direitos segundo uma legislação recente. Considerando isso, foi consenso entre todas(os) os  
89 presentes, que a vaga existente no PL para o Legislativo fosse redistribuído para a SMPM. Marisse,  
90 informou também que segundo informações da assessoria da Secretaria de Governo, o Projeto será  
91 encaminhado para a CML até a próxima semana. Marisse informou que o Projeto de Lei para criação  
92 do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher (FMDM) já está tramitando na Câmara sob número  
93 000069/2016 desde 01 de agosto e já se encontra na Comissão de Constituição e Justiça que tem até o  
94 dia 31 de agosto para entregar parecer. A iniciativa dos dois projetos foi elogiada como uma grande  
95 conquista do CMDM com o apoio da SMPM através da assessoria jurídica. Sonia Medeiros ressaltou  
96 a SMPM é a única secretaria municipal que possui uma assessora jurídica e que esse respaldo faz



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

### Ata da 20ª reunião Ordinária

97 muita diferença na qualidade das políticas públicas. Ressaltou a importância de se institucionalizar e  
98 organizar os programas e serviços da SMPM e que esse trabalho só está sendo realizado com  
99 qualidade após a aprovação da criação do cargo para a advogada. PRORROGAÇÃO DA GESTÃO  
100 DO CMDM. Considerando que a Conferência Municipal dos Direitos da Mulher está dependendo da  
101 aprovação da proposta de lei de alteração do CMDM, foi colocado em votação e aprovado por  
102 unanimidade dos presentes a prorrogação da atual Gestão do CMDM (2014-2016) até 30 de março de  
103 2017 ou até a realização da Conferência, caso esta seja possível ainda este ano. Dona Rosalina  
104 solicitou à assessoria jurídica a elaboração e publicação de Portaria ou Resolução para formalizar tal  
105 deliberação. Foi deliberada, por propositura da Presidenta do CMDM, Dona Rosalina que na próxima  
106 reunião ordinária, será pauta prioritária de discussão a questão de organização do debate com os  
107 candidatos a prefeito e a intervenção do CMDM na questão da petição “Londrina sem Gênero”. Dona  
108 Rosalina destacou a importância do CMDM organizar um novo debate, nos moldes do que foi  
109 realizado na última eleição, destacando a importância que foi a carta de compromisso que os  
110 candidatos assinaram à época, o que garantiu a continuidade das políticas para as mulheres no  
111 município. Nada mais havendo a tratar a presidente Rosalina Batista encerrou a reunião e eu, Marisse  
112 Costa de Queiroz, secretária designada, lavrei a presente ata.